

Imigração: das práticas às representações.

Um ensaio sobre a longa duração

Lená Medeiros de Menezes

200 estrangeiros por avião, seis aviões por dia, em menos de sete anos teríamos devolvido a seus países 3 milhões de imigrantes.¹

Jornal do Brasil, abril de 1997

Discriminar o *estrangeiro*,² responsabilizando-o pelos problemas enfrentados em conjunturas de crise, não é um fato novo na História. Pelo contrário, é um processo que continuamente vem sendo revisitado, tendo por essência mais profunda o processo de estranhamento e repulsa a todo aquele que, por representar a diferença, tende a ser apreendido como ameaça externa.

Os exemplos desse processo coletivo de estranhamento, mantidas determinadas proporções, perdem-se em tempos imemoriais, podendo ser encontrados em plena (Pré)História, nas disputas intergrupos ou no enfrentamento recorrente entre nômades e sedentários. Desde o início da sedentarização, certamente, a alteridade, nesse caso representada pela errância, passou a ser apreendida como perigo, suscitando medos difusos.³

A percepção do outro por motivações religiosas, étnicas, lingüísticas ou econômicas determinou, ao longo do tempo, estatutos de exclusão e de inferioridade, tão logo o Estado fez sua aparição na História e os impérios, multirraciais por excelência, escreveram capítulos cruéis de intolerância e perseguições. Aquele que se definia como estranho ao grupo, ou seja, o estrangeiro, tendeu a se tornar um perigo em potencial. Vigiado, controlado e discriminado, ele carregou, para si, culpas, responsabilidades e expiações.

Para Delumeau, em sua obra referencial sobre o medo no ocidente, o medo aos estrangeiros situa-se entre os fenômenos de maior duração na História.⁴ Pode-se mesmo dizer que, latente, ele se mostra sempre pronto a aflorar quando condições desfavoráveis – ou extremamente competitivas – despertam angústias e temores, colocando grupos organizados e enraizados em determinados territórios contra os indivíduos estranhos ao grupo. Desde tempos imemoriais, sentimentos de desconfiança e/ou de insegurança frente

ao outro perpetuaram-se para durar, como bem ilustram as palavras recentes de um ex-ministro francês das relações exteriores:

A outorga automática da nacionalidade francesa a estrangeiros nascidos no país fabricará *franceses por acaso* e a intenção de facilitar o reagrupamento familiar de imigrantes será perigosa para a coesão e o equilíbrio da sociedade.⁵

Analisar uma questão tão complexa e permanente como a demonização *dos que vem de fora* exige um diálogo constante com o passado. Este diálogo pressupõe longos recuos temporais, na tentativa de revelar o jogo travado entre a mudança e as permanências, desafio maior deste ensaio. Segundo Delumeau “não há fato em que não se possa distinguir uma parte de individual e uma parte de social; uma parte de contingência e uma parte de regularidade”, cabendo ao historiador “operar a dupla transposição do singular ao plural e do atual ao passado”,⁶ sempre atento à complexa dialética das durações.

A substituição ou a superposição de medos coletivos, oriundos da insegurança frente ao outro, desafiam a racionalidade, tendo em vista que “a nossa civilização camuflou, mas não destruiu, reflexos coletivos que não esperam senão as ocasiões propícias para se manifestar novamente.”⁷

Para Gustave Lebon,⁸ qualquer medo coletivo surge sempre como uma tomada de consciência diante de um perigo (real ou imaginário). Exagerando, complicando e transformando os excessos individuais, esse medo tende a desdobrar-se em atitudes de violência, ainda que os impulsos iniciais – nem sempre conscientes – deitem suas raízes nos níveis infra-estruturais, negando frontalmente a independência do imaginário tal qual apregoam os pós-modernistas mais radicais.

Desde a estruturação das corporações de ofício e das guildas, em plena Baixa Idade Média, a defesa frente ao estrangeiro mostrou-se prática permanente no caminhar do capitalismo. Romanceando esse processo, Shakespeare demonstra em obras pontuais como *O mercador de Veneza*, como os judeus, por exemplo, foram alvos privilegiados do sentimento de alteridade, estranheza, repulsa e combate no alvorecer dos tempos modernos.

Em recente livro publicado sobre a obra shakespeariana, Richard Sennet demonstra como a ficção reproduzia o espaço de segregação destinado ao povo de Israel na Veneza seiscentista, apesar de sua importância no processo de florescimento do comércio medieval europeu:

Os banqueiros israelitas habitavam o gueto, construído no século 16, na fronteira da cidade. Dali só saíam ao raiar do dia, para se dirigirem

ao distrito financeiro, junto à ponte de Rialto, perto do centro. No crepúsculo, estavam obrigados a retornar, pois os portões eram trancados à noite; fechavam-se as janelas das casas vizinhas e a polícia patrulhava o exterior (...) Fechando os judeus no gueto, os venezianos acreditavam estar isolando o mal que infectara a comunidade cristã.⁹

Tomado o contexto específico da Veneza renascentista, o processo de estranhamento e o medo da contaminação externa tinham raízes que mergulhavam na própria definição da identidade cristã. Esta, em última instância, era a responsável pela imagem do judeu como pecador e algoz, inimigo da Cristandade. Impulsos econômicos, porém, pressionavam a tolerância nos intercâmbios comerciais – embora a recusa ao contato corporal evitasse até mesmo as saudações usuais entre cristãos e judeus – forjando representações novas que, superpostas às de cunho eminentemente religioso, tornavam o judeu, em particular, e o estrangeiro, em geral, alvos de fortes discriminações; objeto de perseguições recorrentes.

Por ocasião da Reforma, para citarmos um outro exemplo, a inserção do calvinismo na França tendeu a ser apreendida como ameaça importada pelos *cães genebrinos*.¹⁰ Essa representação, para além de motivações políticas específicas, traduzia o sentimento de medo que a novidade e a alteridade tendiam a provocar no bloco monolítico formado pela cristandade.

Lógico que da Veneza do século XVI ao Estado-nação dos séculos XIX e XX, não só os anos se passaram, como o capitalismo vitorioso moldou novas estruturas, práticas e imagens. Nesse sentido, diversificou os atores e ampliou as tramas, embora o capítulo macabro de intolerância étnica e cultural escrito pela Alemanha nazista, neste século XX de tantas perplexidades, traga permanentemente ao horizonte teórico a fragilidade do racionalismo glorificado a partir das Luzes.

Vitorioso o capitalismo, o Estado-nação do século XIX projetou o nacionalismo como elemento central do jogo internacional. A percepção da diferença deixou de ser primordialmente religiosa para privilegiar a alteridade nacional, ainda que tais mudanças não excluíssem a possibilidade do inter cruzamento de inúmeras superposições temporais. Esse processo fez-se acompanhar por requintadas formas de desvelamento e de discriminação ao outro, dentro e fora dos limites territoriais dos diferentes Estados, tendendo, cada vez mais, a ter o suporte da ciência, a partir de postulados que consagravam hierarquizações no ser e no estar, numa só cadeia de evolução.

A ordem capitalista triunfante expressou-se na internacionalização dos mercados, na revolução demográfica planetária, na desagregação da comuni-

dade camponesa tradicional, no surto das grandes concentrações urbanas, no desejo de promoção social e numa revolução continuada dos transportes. Essa, estreitando distâncias, ampliou os horizontes visuais e mentais, possibilitando a circulação transcontinental de produtos, capitais e homens, tornando, nesse sentido, o contato com o diferente um fato cotidiano.

A errância, sempre tão sujeita à desconfiança, ganhou, a partir dos oitocentos, uma configuração transcontinental, com a imigração de massa tornando-se uma das forças profundas das relações internacionais. As *aves de arribação*¹¹ puderam vencer os mares, passando a fazer seus *pousos* onde quer que as condições materiais acenassem com possibilidades de acesso a um futuro melhor.

Na lógica burguesa, o processo emigratório tende a ser incentivado sempre que possa representar alívio da pressão social existente e garantia de paz interna. Para os que emigram, ontem como hoje, o impulso de saída reveste-se sempre do objetivo básico de melhoria do padrão de vida, através da busca de possibilidades novas de acesso à terra, a empregos interditados na terra natal e à sociedade de consumo, colocados permanentemente como metas de chegada. Nesse processo, o êxito dos torna-viagem tem servido de importante elemento propulsor, a incentivar sonhos e expectativas interditados em solo pátrio.

Nos países de chegada, duas atitudes principais tendem a se firmar, nos momentos nos quais a euforia com a expansão econômica apaga ou adormece o medo da errância e da contaminação exógena. Nos países pobres, o imigrante provindo dos países industrializados geralmente é saudado como a possibilidade de progresso. Foi o que ocorreu no contexto do imperialismo, marcado pelo horizonte do evolucionismo social e por um discurso civilizatório que identificava a atração de uma mão-de-obra pretensamente superior com a superação do atraso.¹² Nos países ricos, pólos principais de atração a partir do Segundo Pós-Guerra, a lógica tem-se mostrado invertida. Nesse caso, a chegada de uma mão-de-obra menos qualificada é assimilada como estratégia principal para a ocupação de espaços do mercado de trabalho desprezados pelos nacionais.

Atitudes receptivas, entretanto, em qualquer sentido, tendem a ser suplantadas quando acontece a redescoberta do imigrante como estrangeiro, por conta de desequilíbrios e perturbações internas. A partir desse processo de desvelamento, representações seculares encontram a ambiência propícia para retornarem à cena, desdobrando-se em atitudes coletivas de enfrentamento e na prática da repatriação como mecanismo de reequilíbrio e de defesa.

Em recente crise política ocorrida na França, por conta do novo projeto de lei sobre imigração, os noticiários de todo o mundo mostraram-se sensíveis a

algumas recorrências que se evidenciavam no processo. O *Jornal do Brasil*,¹³ por exemplo, estabeleceu a seguinte comparação entre as disposições em debate (que condicionavam os franceses a assumir o papel de delatores) e as ordenações propostas com relação aos judeus nos idos de 1941:

Toda pessoa que tiver assinado um certificado de alojamento e tiver hospedado um cidadão estrangeiro deve informar a prefeitura de seu município sobre a partida do estrangeiro alojado (Art. 1º do projeto de lei sobre imigração de 1996).

As pessoas que alojarem judeus (...), inclusive gratuitamente, devem fazer na comissaria de polícia uma declaração sobre o estado civil completo dos interessados, dentro das 24 horas seguintes a sua chegada (Art. 5 das Ordenações de 10 de dez. 1941).

Ainda que sem a necessária análise, a reportagem tornava visível a existência de uma lógica comum aos dois discursos, que tinha por essência principal a necessidade extremada de vigilância e controle sobre o estrangeiro, definido como hóspede perigoso. Para o historiador Emmanuel Todd, a ressurgência dessa atitude xenófoba em plena virada do século encontra sua explicação num contexto de “desastre econômico” conhecido como “mal francês” (desemprego, desigualdade na distribuição de renda, imobilismo e temor do futuro). Segundo ele, essa situação estaria incitando “à busca de culpados e esses *bodes expiatórios* seriam os imigrantes”.¹⁴

Visto sob um outro prisma, e considerando um outro espaço, a *política de reversão dos fluxos migratórios*¹⁵ tende a gerar, nos países de torna-viagem, novos desequilíbrios, haja vista o fato de que a imigração em massa, independentemente do tempo em que se realize, representa sempre alívio da pressão social exercida pela população excedente, razão maior dos incentivos governamentais ao ato de emigrar. Isto mostra-se verdadeiro tanto com relação ao Entre-Guerras quanto aos dias em que vivemos. Observe-se o discurso do ministro nicaragüense das Relações Exteriores com relação a esse processo, tendo por horizonte a nova lei norte-americana, responsável por surpreendentes retornos, inclusive de refugiados políticos, antes sujeitos a um estatuto especial:

Na Nicarágua não podemos receber tantos imigrantes [retornados]. Vai aumentar ainda mais o desemprego (...) Para a Guatemala seria o caos econômico – mais desemprego, menos divisas e mais delinqüência.¹⁶

Quer consideremos a França ou os Estados Unidos, os tempos agora vividos representam a reversão do segundo grande impulso imigratório no contexto dos novecentos. Considerando-se a época contemporânea dentro dos

enquadramentos temporais defendidos por Barraclough,¹⁷ podemos distinguir dois momentos principais nos quais as migrações transcontinentais posicionaram-se como processos característicos do cenário internacional, desdobrados em processos subseqüentes de estranhamento, repulsa e repatriação.

O primeiro desses impulsos abrangeu a conjuntura 1870-1914, caracterizada pela paz européia; por um crescimento demográfico sem precedentes no tempo; pela afirmação da ordem burguesa, exportada para o mundo; e por um movimento emigratório sem precedentes no tempo, com indicativos que chegam à casa dos 34 milhões de pessoas. Em *ondas* sucessivas, esse transbordamento de transnacional fez-se transoceânico, possibilitando que populações rurais às voltas com a desagregação da comunidade camponesa tradicional rapidamente alcançassem portos nunca dantes visitados ou sonhados.

O segundo ganhou visibilidade nas duas últimas décadas de nosso século, com o término do Segundo Pós-Guerra,¹⁸ a visualização dos efeitos desastrosos da intervenção européia no mundo colonial, acarretando um subdesenvolvimento crônico a partir da descolonização e o aprofundamento das distâncias entre o norte e o sul. Também em *ondas*, esse impulso transformou a Europa reconstruída e em expansão em pólo de atração para as populações pobres africanas e latino-americanas. Da mesma forma, transformou os Estados Unidos no grande sonho latino-americano, dando novo alento ao processo de expansão iniciado com as reversões propiciadas pela Primeira Guerra, e o Japão e os países do sudeste asiático em eldorados revisitados da virada do milênio.

Os cálculos mais atuais estimam que cerca de 200 milhões de não-europeus vivam hoje na Europa Ocidental, fruto direto da explosão demográfica nos países pobres, das guerras e da prosperidade européia dos anos 80/90. No caso dos Estados Unidos, as cifras atingiram o total de 19.767.316 não-americanos em 1992, destacando-se, dentre estes, 4.298.014 mexicanos, tensionando a larga fronteira sul norte-americana.

Enquanto a conjuntura que enquadrou o primeiro impulso caracterizou-se pelo êxodo em massa do continente europeu, às voltas com mudanças radicais no campo e nas cidades, o segundo tem representado, no que tange à Europa, o reverso da medalha quanto ao direcionamento dos fluxos. Ou seja, *na volta das caravelas*, como tem sido conhecido esse processo, os influxos tendem a orientar-se dos países pobres – americanos e africanos destacadamente – para os países ricos do Primeiro Mundo, mesmo no tocante à *onda* mais recente, orientada para países do sol nascente.

Entre essas duas grandes viradas, tem visibilidade um período marcado pela ascensão e exacerbação dos nacionalismos, que tenderam a estancar os fluxos imigratórios espontâneos, aprisionando as populações em seus territórios; processo que acompanhou a retração do comércio internacional. Suplantada a fase de verdadeira euforia com a mão-de-obra estrangeira importada da Europa que caracterizou a época áurea do imperialismo, a virada dos anos vinte marcou um tempo decisivo de reversão de tendências, tanto nos países de saída quanto nos países de chegada. A partir de então, os efeitos desencadeados pela guerra de 1914, inclusive no tocante ao processo de tomada de consciência das disparidades planetárias, desdobraram-se de inúmeras formas.

Nos países europeus, estratégias "anti-imigrantistas" começaram a ser adotadas no período que imediatamente antecedeu à guerra de 1914, consagradas nos anos que a ela se seguiram. A Polônia, por exemplo, baixou decreto segundo o qual o imigrante não podia partir sem passaporte oficial a partir de dezembro de 1925. A Rússia Soviética proibiu qualquer tipo de emigração tão logo foi implantada a nova ordem. A Tchecoslováquia proibiu a emigração de homens de menos de 40 anos pela mesma época. Por toda a parte, os discursos e as estratégias anti-imigrantistas revestiram-se de teorizações que caminharam no sentido da tese da drenagem da energia nacional através do êxodo; reflexo direto das perturbações demográficas ocorridas.

Nos países de chegada, em maior ou menor grau, desenvolveram-se processos de estranhamento e discriminação, tão logo as chamadas doenças das grandes cidades e os desequilíbrios no mercado de trabalho manifestaram-se, num contexto de nacionalismos ascendentes. Bastante significativo, nesse quadro, foram as mudanças processadas no nível dos discursos e de suas implicações no nível das representações. A transformação do *imigrante* em *estrangeiro* e a classificação desses em *úteis* e *nocivos* marcaram o início de novos tempos, caracterizados pela intolerância e pelas discriminações, desdobradas, quase sempre, em atitudes xenófobas exacerbadas, expressas no fechamento das fronteiras e na perseguição sem trégua aos *indesejáveis*. Nos Estados Unidos, medidas restritivas fizeram-se sentir pela primeira vez no relatório da Comissão de Imigração de 1911, consagrando-se nas práticas levadas a efeito entre 1915 e 1920. Com maior ou menor visibilidade, todos os países ocidentais, com exceção da Inglaterra, lançaram-se a processos seletivos de imigrantes, quer *a priori*, através do fechamento de seus portões, quer *a posteriori*, por meio da expulsão.

No Brasil, a questão dos indesejáveis¹⁹ tomou vulto na imprensa a partir de 1917, quando a conjuntura era extremamente desfavorável, o anarquismo um

fato do cotidiano e o nacionalismo ascendente a marca dos novos tempos. A partir de então, a prática da expulsão ampliou seus horizontes, atingindo estrangeiros há muito residentes no país, num espectro amplo de combate a todo comportamento que pudesse vir a ser definido como nocivo ou perigoso. As medidas restritivas postas em execução consagravam uma dupla orientação. Por um lado, levantavam barreiras à imigração dos estrangeiros que pudessem ser considerados hóspedes indesejáveis – não só mendigos, aleijados, doentes, vadios, gatunos, ladrões, vigaristas e cáftens, quanto anarquistas e comunistas –; por outro, radicalizavam a prática da expulsão, com dispositivos legais mais amplos, nem sempre constitucionais, voltados contra os mesmos grupos. Nessa perspectiva, a política anti-estrangeira adotada no governo Vargas nada inovou se comparada à adotada ao longo da Primeira República, explicitando apenas o “fechamento dos portões” e sofisticando a repressão, mergulhada na impunidade de um silêncio quase absoluto, por conta da lógica estadonovista.

Contemplando ritmos temporais mais amplos, com o cuidado necessário para evitar generalizações perigosas, podemos dizer que a política de portas abertas tende a se impor nos momentos de expansão econômica, com potencialidades de absorção da mão-de-obra excedente do exterior. O inverso mostra-se verdadeiro quando uma conjuntura de dificuldades instala-se. Foi o que aconteceu no Entre-Guerras e tem acontecido, mais recentemente, nos países ricos, às voltas com o problema do desemprego galopante. Qualquer dificuldade enfrentada em períodos que sucedem a deslocamentos de massa tende ao estabelecimento, nos países receptores, de atitudes de defesa e de controle, com a interposição de obstáculos à entrada de imigrantes e a perseguição àqueles que permanecem não-assimilados.

O que mais surpreende ao tomarmos o século XX como objeto de análise é justamente a recorrência dos processos xenófobos desenvolvidos nos países receptores, passada a euforia do crescimento. Para além de uma análise de conjuntura, causa impacto a força dos imobilismos seculares que afloram recorrentemente, colocando e recolocando, no plano das relações internacionais, o confronto entre o *eu* e o *outro*. A ressurreição de angústias e temores que pareciam perdidos no tempo permitem, em decorrência, a (re)descoberta de discursos, imagens, atitudes e práticas muito antigas. É o que observamos nos dias de hoje, com o renascimento dos *indesejáveis* no noticiário internacional, no contexto de ascensão dos neofascismos.

A mundialização dos mercados – quer à época do imperialismo, quer na era da globalização – tem sido responsável pela criação de párias internacio-

nais. Tendendo a reproduzir em terras estrangeiras a condição de excluídos da sociedade organizada, as “sobras do arranjo social” tornam-se alvos privilegiados dos processos intercomplementares de estranhamento e combate. Esses, por sua vez, tendem a desembocar, nos países receptores, na adoção de práticas cirúrgicas destinadas à extirpação de tudo aquilo que se configura como o mal. Aqueles que moram em toda parte – *aves de arribação* por opção ou por força das circunstâncias – tornam-se alvos privilegiados de suspeição, principalmente os mais desprezados pela sorte, cuja pobreza ou indigência assusta e amedronta, relegados a “saldos perigosos,” conforme exemplificam os dois textos que se seguem, distanciados 94 anos no tempo:

Refiro-me aos *infelizes que sobram do arranjo social* que por efeito inevitável da densidade da população onde a hospitalidade primitiva, por motivos econômicos de natureza conhecida, não pode mais desenvolver-se, convertidos em multidão, afligem em público os transeuntes e autoridades com a *lástima da mendicidade*.²⁰ [grifos nossos]

A própria crise econômica está afastando os estrangeiros, mas existe *um saldo de imigrantes* e um *problema social* a ser resolvido.²¹ [grifos nossos].

“Sobras do arranjo social”, os indesejáveis, regra geral, são indivíduos pobres que mergulham na marginalidade ou encaminham-se para atitudes contestatórias radicais por conta de suas desilusões, como ocorreu com muitos dos militantes da *Propaganda pelo Fato*,²² responsável pela onda de explosões em padarias nos idos de 1920 na cidade do Rio de Janeiro. Veja-se o depoimento do português J. M. de Melo, expulso do Brasil no ano de 1921:

Estando em ociosidade, não querendo os proprietários de padarias aceitar[me] como empregado, desesperado com tal situação, pois não ganhava para comer, revoltado com os proprietários que exploram os trabalhadores, resolv[i] não ter fama sem proveito e, (...) inici[ei] o fabrico de bombas, que deviam ser atiradas em padarias, cujos proprietários fossem gananciosos e em casas de exploradores do operariado.²³

Mesmo que não queiramos afirmar que todo imigrante sujeito à exclusão torna-se um radical em potencial, pois seria simplificar de forma perigosa o jogo político-ideológico contemporâneo, aceitando, sem a crítica necessária, o discurso oficial, o certo é que essa é uma tendência que pode ser comprovada empiricamente em muitos casos, fruto direto do desalento e revolta face às ilusões perdidas em terras estrangeiras.

Diferentemente do judeu enriquecido da Itália renascentista, o indesejável da época contemporânea tende a ser o imigrante excluído que, perdidos seus

sonhos de ascensão, lança-se à contestação – quer a formal, exercida por conta de uma militância política exacerbada, quer a informal, decorrência de sua opção por atividades mergulhadas na marginalidade. Nesse conjunto, destacam-se aqueles que, superpondo errâncias, expõem sua miserabilidade pelas ruas e repugnam a sociedade “civilizada” com sua “sujeira”;²⁴ alvos principais de políticas recorrentes de “higiene social”:

Nos queremos falar agora da legião de mendigos, na maior parte estrangeiros, que vivem nas nossas praças públicas, nos pontos de bonde, ou nas vizinhanças de certos estabelecimentos, pedindo escola e exibindo as suas mazelas, por vezes asquerosas chagas repugnantes que provocam náuseas (...). Parece que deveriam ser remetidos para seus países os mendigos que para aqui se encaminharam, e que transformam a nossa capital em nova corte dos milagres de repugnantes tradições.²⁵

Revisitado no início do século, o discurso do asco, bem como as representações a ele inerentes mantêm-se nos tempos atuais. Comparando-se processos vivenciados no início do século com casos mais recentes, observamos que os processos de segregação e de discriminação a afetar os estrangeiros despossuídos em terras estrangeiras pouco ou nada mudaram.

Para quem hoje circula pelas ruas das grandes capitais européias, sem o deslumbramento do turista eventual, não é difícil perceber que os que estendem a mão à caridade pública são, regra geral, imigrantes, dos quais o transeunte procura afastar-se, evitando qualquer contato, como se os miseráveis fossem uma espécie de hospedeiros universais de todos os agentes patológicos. Da mesma forma o são aqueles que desenvolvem atividades na economia informal, que vivem de biscates, ou que se dedicam às atividades mais pesadas e de menor remuneração, habitando a periferia, muito distanciada das luzes da boca-de-cena que tanto encantam os visitantes.

Quem visita Paris, por exemplo, não precisa deslocar-se para os subúrbios distantes para constatar esse fato. Basta caminhar por espaços de circulação da gente pobre, como a Gare du Nord, que dá acesso aos *banlieus*, ou pela estação de Barbés, onde a sirene das patrulhas cotidianamente mistura-se ao corre-corre nas ruas e ao burburinho do comércio ilícito concentrado na região, de forma geral em mãos estrangeiras.

O mesmo permanece verdadeiro no tocante aos guetos latinos de Miami e de outras cidades norte-americanas. A falta de empregos permanentes, o subemprego, o exercício de *profissões* alternativas mergulhadas na marginalidade, além das letras raivosas do *rap*, são sintomas de discriminação visíveis aos olhos, apesar do mito do imigrante bem-sucedido teimar em permanecer no horizonte do imaginário.

Vim para a França porque meu irmão mora aqui há seis anos, mas não encontro trabalho fixo, só temporário.²⁶

Me avisaram que o meu turno na ordenha iria mudar. Em vez de fazer a segunda chamada, das 19h à 0h, iria pegar a turma das 3h às 7h. Já era tarde, perto da meia-noite. Só iria dormir três horas (...) mesmo assim acordei às 3h e me apresentei ao trabalho. Eles disseram que tinham mudado de idéia de novo e que não precisava trabalhar de madrugada, mas às 7h. Aí fiquei muito irritado porque, no outro dia, começaria às 7h e acabaria só à meia-noite.²⁷

Nesses, como em muitos outros depoimentos, uma mesma realidade pode ser facilmente constatada nos bastidores das grandes cidades ou das empresas rurais contemporâneas – as difíceis condições de sobrevivência dos imigrantes pobres, muito afastadas dos sonhos que, regra geral, impulsionam a viagem transcontinental em busca do paraíso.

A transformação dos estrangeiros em “bodes expiatórios” dos problemas enfrentados – já presente nos tempos medievais – perpassou os séculos, posicionando-se como prisão mental de longa duração.²⁸ A explicar tal imobilismo destacam-se as atitudes de combate ao perigo representado por hóspedes eventuais. Revisitado com frequência, esse medo latente frente ao estrangeiro – errante por natureza – atravessou as eras, resistindo no tempo com impressionante vitalidade, como demonstra o texto que se segue, escrito no início do século, mas que facilmente poderia pertencer à atualidade:

(...) temos o dever de começar a discriminar entre o estrangeiro útil, que nos traz a riqueza e o sangue novo para raça futura, e o expulso das outras pátrias, que entra no nosso meio como parasita malfazejo, contaminando-o com a sua influência dissolvente. Ao segundo fechemos os portões, ou forcêmo-lo a bater em retirada, quando já tiver conseguido iludir a nossa vigilância.²⁹

A tese da contaminação exógena tinha no passado, e tem no presente, um alcance amplo que contempla todos os comportamentos considerados perigosos, quer num plano político, quer num plano econômico, social ou moral. Vários trabalhos escritos por professores das faculdades de direito e de medicina do país reproduziam, no início do século, as idéias européias, que atribuíam a heranças genéticas, a secreções internas ou ao contágio através de agentes patológicos o comportamento doentio da sociedade. Essas matrizes teóricas – ainda não completamente afastadas do horizonte mental –, gestadas e paridas pela intelectualidade, eram reproduzidas pela imprensa, atingindo a opinião pública em processo de formação e favorecendo, em decorrência, seu comprometimento com a causa anti-estrangeira.

Excetuando-se o caso inglês, todos os países tenderam a adotar a expulsão como forma de regular as migrações internacionais pelos idos de 1917. Variaram, porém, os encaminhamentos dados ao problema por cada Estado. Para alguns, a questão central era a defesa do interesse, do bem ou da ordem pública. Para outros, projetava-se a defesa da economia nacional. Para outros, ainda, tinha destaque o combate à conduta imoral ou anti-social. Alguns países, como o Brasil da Primeira República, conjugavam todas essas dimensões, transformando a prática da expulsão num amplo instrumento de *limpeza urbana*, da mesma forma que hoje parecem fazer algumas "rules" do mundo civilizado.

Nessa perspectiva, a expulsão define-se como "elemento essencial da soberania," à medida que proíbe a estranhos o exercício de uma "atividade danosa ao país", justificativa básica para uma enorme gama de arbitrariedades.³⁰

Lógico que esta visão do problema tem sido continuamente atualizada, por conta de formulações teóricas mais avançadas e da projeção do econômico sobre o social, mas a idéia da ameaça representada pelo imigrante "necessário, mas indesejável"³¹ – ainda que aparentemente *deplacé* na era de globalização – permanece muito forte no discurso político e nas nebulosas do imaginário, presente em muitos discursos recentes:

Todo o governo soberano deve ter a liberdade de executar políticas de imigração para seu país e não pretendemos abrir o mercado de mão-de-obra americano para os estrangeiros.³²

A perspectiva da formação de novos guetos, numa ordem internacionalizada, em substituição aos tradicionais, parece ser uma tendência dos novos tempos. Por ocasião de conferência acerca dos efeitos da globalização, o ministro das Relações Exteriores do México teve a oportunidade de afirmar que o problema da (e)imigração, neste final de século, não tinha solução, podendo tão somente ser administrado pelos diferentes governos, referindo-se à nova lei de imigração norte-americana que, junto com a francesa, tem sido responsável pela ressurreição dos indesejáveis como fato internacional, conforme demonstra reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* em abril de 1997 com o título "Necessários, indesejáveis", onde o repórter constata que "na era da livre circulação de bens e capitais, o imigrante (...) ainda se parece com um pária."

Na época da globalização dos mercados, em que o capital e as empresas derrubam as fronteiras das nações, o homem – e principalmente o homem menos culto e mais pobre – vê surgir novas barreiras a impedi-lo de vender a única mercadoria que realmente lhe pertence; sua força de trabalho. Mas a rejeição dos imigrantes nos Estados Unidos e

na Europa Ocidental é apenas a manifestação mais espetacular de uma questão que está longe de se concentrar no mundo dos brancos e ricos. No mundo todo, são tempos confusos para os imigrantes, ao mesmo tempo necessários e indesejáveis.³³

Demônios nos tempos de (pós) modernização, os indesejáveis permanecem sendo indivíduos pobres que, por opção ou falta de alternativas, mantêm-se inassimiláveis – tal qual judeus não-convertidos – posicionando-se à margem da sociedade organizada como “elementos”³⁴ nocivos e/ou perigosos. Regra geral, são trabalhadores que optaram por emigrar, mas não encontraram, em terra estrangeira, melhoria para a sua penúria, despertando medos difusos nas populações já enraizadas, que tendem a se apropriar de territórios e mercados como bens inalienáveis.

Discriminação e combate fazem-se, assim, atitudes complementares em defesa da ordem social que se julga ameaçada pela “influência deletéria” do estrangeiro, implicando, necessariamente, a adoção da prática da expulsão como instrumento cirúrgico de defesa da nação. Permanente ao longo do século, a expulsão tornou-se fenômeno de massa nas conjunturas de crise que sucederam a períodos de intensa imigração, marcando uma “política de inversão dos fluxos migratórios”: espécie de fase B de um ciclo.³⁵

Tomado o período 1870-1914 como exemplificação, sabemos que ele foi responsável pelo transbordamento de milhões de pessoas da Europa para o mundo. Por outro lado, a conjuntura desfavorável trazida pela guerra, acrescida da ascensão nacionalista, foi marcada pela radicalização da expulsão nos antigos países receptores, registrando-se, então, inúmeras leis regulamentando tanto a entrada quanto a deportação de estrangeiros, em atendimento aos postulados do Direito Internacional. Inúmeros são os relatos dos párias que vagaram pelos mares em busca de um porto de chegada, principalmente no que tange aos anarquistas dos anos vinte.³⁶

Quanto à conjuntura atual, sacudida pelas discussões sobre novas leis “anti-imigrantistas”, os números indicam o recrudescimento de práticas muito antigas:

Se já não estivesse calejada pelos crimes cometidos em seu nome, a estátua que ergue a chama da liberdade na entrada da baía de Hudson, em Nova York, poderia corar de vergonha. Desde a semana passada, com a entrada em vigor da nova lei de imigração americana, o poema gravado aos pés da “Mãe dos expatriados” – “Dá-me tuas pessoas cansadas, teus pobres, tuas massas desamparadas que querem respirar em liberdade...” – não vale mais, pelo menos para os estrangeiros de pele escura que teimam em cruzar a extensa fronteira sul dos Estados Uni-

dos. Na França, outro monumento nacional – o lema Igualdade, Liberdade, Fraternidade – sai chamuscado da onda de xenofobia que vem acompanhando, de modo irracional, o preocupante crescimento do desemprego (...). No mundo todo, são tempos confusos para os imigrantes, ao mesmo tempo necessários indesejáveis.³⁷

Os “tempos confusos” da atualidade ilustram números impressionantes no que tange à expulsão. Em 1992, mais de 15.500 estrangeiros foram expulsos da França. As expectativas para os Estados Unidos é a de que mais de 800 mil latinos possam vir a ser expulsos nos próximos anos, numa verdadeira “operação de limpeza” que atinge, principalmente, centro e sul-americanos. Para os imigrantes espalhados pelo mundo – cerca de 170 milhões de pessoas (por volta de 3% da população mundial, segundo estimativas do Banco Mundial) –, a virada do milênio acontece numa conjuntura marcada por muitas apreensões, na qual a projeção dos países orientais como países de chegada também é conjuntural, não sendo preciso manifestar nenhum dom profético para visualizar problemas futuros na região tida hoje como um Eldorado revisitado.

“Drama de hoje, drama de ontem e de anteontem”,³⁸ o processo de revelação, estranhamento e combate aos estrangeiros coloca muitas indagações acerca das concepções de tempo rascunhadas na passagem para o século XVIII, trazendo para a cena da História a questão das permanências, das cristalizações mentais, das recorrências e dos retornos. Muitos discursos discriminatórios formulados no presente dão a sensação profunda de um *déjà vu* que clama pela revisão das formulações ultrapassadas que insistem em durar. Crise paradigmática sem dúvida alguma; consciência de que os excluídos ainda têm pouco espaço na História, com certeza, mormente no campo das relações internacionais, onde a busca de novos objetos pela História permanece tímida e condicionada, graças à herança da história diplomática. Tecida pelo alto, e impregnada da “nobreza” de tempos passados, as relações internacionais, como campo específico de conhecimento, evitam desviar seus olhos para os bastidores das relações intersocietais, apesar das migrações internacionais estarem contempladas como uma das forças profundas de que nos fala Renouvin em sua obra.³⁹ Quiçá este ensaio possa servir de alento para os que pretendem abrir as cortinas que ocultam os bastidores das relações internacionais.

Notas

1. Prognóstico para o ano de 1998 feito por Bruno Mégret, segundo nome mais importante da Frente Nacional Francesa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1^o de abril de 1997, Internacional, p. 10.
2. A italação dada à palavra prende-se ao fato da mesma estar usada fora de seu conceito mais preciso: indivíduo de nação diversa, firmado a partir do século XIV. Derivada do antecedente francês *estranger*, hoje [*étranger*], a palavra tem o mesmo radical de estranho, denotando as idéias de exterior, de fora, de não pertencente a uma determinada família.
3. Destacando-se, nesse processo, o fato de uma mesma palavra – ERRAR – possibilitar duas leituras distintas em língua portuguesa, ainda que próximas no nível das representações, significando, a um só tempo, cometer erro ou vagabundear. Cf. Antônio Geraldo Cunha. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. (2^a ed.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 311.
4. Jean Delumeau. *História do medo no ocidente. Uma cidade sitiada (1300-1800)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. (Ainda que essa discussão não se tenha tornado objeto específico de sua reflexão).
5. Hervé de Charette. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1997, Internacional, p. 2.
6. J. Delumeau, op. cit., p. 30.
7. J. Delumeau, op. cit., p. 154.
8. G. Lebon. *Apud*. J. Delumeau, op. cit., p. 155.
9. Richard Sennet. *Carne e pedra*. São Paulo, Record, 1997. p. 30
10. Citado por Delumeau, op. cit., p. 58
11. Esta é uma expressão muito comum na virada do século, profundamente inserida no campo semântico dos discursos xenófobos de época.
12. Sobre representações da imigração ver Lená Medeiros de Menezes, *Imigração e modernização no Brasil Imperial. Progresso e imobilismos (1850-1888)*. Niterói, UFF, 1986. (Dissertação de mestrado).
13. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1997, Internacional, p. 13.
14. Id. Ib.
15. Este conceito foi utilizado por Le Pen por ocasião dos debates acerca do projeto de lei sobre imigração.
16. Emílio Alvarez. Ministro do Exterior da Nicarágua. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1997. Internacional, p. 14.
17. Para o autor, a história contemporânea inicia-se na década de 1870, quando a revolução científica e tecnológica permitiu uma mudança estrutural do capitalismo no dia-a-dia da vida. Cf. Geoffrey Barraclough, *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar. Introdução.
18. Consideramos que o Pós-Guerra encerra-se definitivamente com o colapso de Postdam e a reunificação européia. Nessa abordagem, a Guerra Fria representa um processo de organização de uma nova ordem internacional (No que tange à Guerra Fria, esta visão foi tomada por empréstimo a F. Sgarbi Lima).
19. Para aprofundar o estudo ver Lená Medeiros de Menezes, *Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.
20. BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado pelo ministro J. J. Seabra em 1903. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905. p. 62. Anexo C, Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal.
21. Lebon. Ex-Ministro francês das Relações Exteriores. *Apud*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 de agosto de 1997, Mundo, p. 22.

22. A Propaganda pelo Fato, Propaganda pelo Ato ou Propaganda pela Ação era uma forma radical da Ação Direta advogada por Bakunin e Netchaiev, destinada, pela violência, a dar visibilidade à fragilidade burguesa, dando início à revolução. No início do século XX, as explosões por dinamite, fruto dos avanços da química, caracterizaram os adeptos dessa estratégia.
23. Depoimento do português J. M. Melo no processo de expulsão a ele movido pelas autoridades brasileiras no ano de 1921. Arquivo Nacional, SPJ, Pacotilha IJJ 163.
24. Acreditamos que o tabu da sujeira, de que fala Le Goff, é um dado inconsciente presente na rejeição aos mendigos. Cf. Le Goff. "Profissões lícitas e ilícitas no ocidente medieval", em *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa, Estampa, 1988.
25. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1917.
26. Depoimento aos jornais da tunisiana H. A. de 19 anos no ano de 1997. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 de julho de 1997, Cotidiano 3, p. 5.
27. Depoimento de J. Q., de 26 anos, aos jornais brasileiros, em reportagem sobre trabalho escravo nos Estados Unidos. Idem.
28. A expressão foi tomada a Fernand Braudel. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972.
29. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1917.
30. Cf. BRASIL. Documentos Parlamentares I. pp. 260, 265, 328, 373.
31. A expressão foi apropriada de reportagem publicada em 6 de abril de 1997. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Internacional, p. 19.
32. William Daley. Secretário de Comércio dos Estados Unidos da América. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1997, Caderno Negócios e Finanças.
33. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1997, Internacional, p. 19.
34. O conceito é usual à época, marcado por intenso sentido pejorativo.
35. A referência é ao ciclo de Kondratieff e sua divisão em fase A (de expansão) e fase B (de retração).
36. Sobre a questão ver Everardo Dias. "Memórias de um deportado". *Voz do Povo*, Rio de Janeiro. 21 de fevereiro a 3 de março de 1920.
37. Claudia Antunes e Clóvis Marques. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1997, Internacional, p. 19.
38. Expressão apropriada de Joel Serrão, utilizada pelo autor com referência à imigração contemporânea. Cf. Joel Serrão. *A emigração portuguesa*. Lisboa, Horizonte, 1977. p. 81.
39. Cf. Pierre Renouvin e J. B. Duroselle. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo, DIFEL, 1967. pp. 48-71.